



CASA DE PEDRA
SECURITIZADORA

POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, SEGURANÇA CIBERNÉTICA E PRIVACIDADE

CASA DE PEDRA SECURITIZADORA DE CRÉDITO S.A.

DATA

29 DE MAIO DE 2023



INTRODUÇÃO E OBJETIVO

Esta Política de Segurança da Informação, Segurança Cibernética e Privacidade (“Política”) da Casa de Pedra Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 31.468.139/0001-98 (“Casa de Pedra” ou “Sociedade”), contém regras gerais sobre a segurança da informação, segurança cibernética e privacidade, visando alinhar a conduta e os padrões relacionados aos ativos digitais e/ou físicos da Casa de Pedra que contenham dados pessoais ou dados em geral de colaboradores da Sociedade, suas contrapartes e/ou terceiros, considerando a atuação da Sociedade em operações de securitização de certificados de recebíveis imobiliários e certificados de recebíveis do agronegócio, bem como a distribuição dos títulos de securitização de sua emissão, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada (“Resolução CVM 60”).

A presente Política poderá ser acessada no *website* da Casa de Pedra na internet (www.cpsec.com.br).

Esta Política abrange as seguintes regras e políticas:

- 1.1. Política de Segurança da Informação;
- 1.2. Política de Segurança Cibernética;
- 1.3. Política de Privacidade

Todo Colaborador, ao receber esta Política, juntamente com os demais Manuais apartados, deverá firmar um Termo de Adesão ao Manual de *Compliance*, Ética e Controles Internos e Demais Políticas Internas da Casa de Pedra Securitizadora de Crédito S.A., conforme modelo constante do Anexo I do Manual de *Compliance*, Ética e Controles Internos da Sociedade (“Termo de Adesão”).

1. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

A Casa de Pedra entende essencial preservar as informações a que tenha acesso, sobretudo, quanto à:

- Integridade: garantia de que a informação seja mantida em seu estado original, visando protegê-la, na guarda ou transmissão, contra alterações indevidas, intencionais ou acidentais.
- Confidencialidade: garantia de que o acesso à informação seja obtido somente por pessoas autorizadas.
- Disponibilidade: garantia de que os usuários autorizados obtenham acesso à informação e aos ativos correspondentes sempre que necessário.

As diretrizes aqui estabelecidas deverão ser seguidas por todos os Colaboradores, bem como os prestadores de serviços, e se aplicam à informação em qualquer meio ou suporte.



Esta Política dá ciência a cada Colaborador de que os ambientes, sistemas, computadores e redes da empresa poderão ser monitorados e gravados, com prévia informação, conforme previsto nas leis brasileiras.

É também obrigação de cada Colaborador se manter atualizado em relação a esta Política de segurança da informação e aos procedimentos e normas relacionadas, buscando orientação do Diretor de *Compliance* quando não estiver absolutamente seguro quanto à aquisição, uso e/ou descarte de informações.

Princípios

Toda informação produzida ou recebida pelos Colaboradores como resultado da atividade profissional contratada pela Casa de Pedra pertence à referida empresa. As exceções devem ser explícitas e formalizadas em contrato entre as partes.

Os equipamentos de informática e comunicação, sistemas e informações são utilizados pelos Colaboradores para a realização das atividades profissionais. O uso pessoal dos recursos é permitido desde que não prejudique o desempenho dos sistemas e serviços.

Os Colaboradores têm a obrigação de atuar para que todo incidente que afete a segurança da informação seja comunicado inicialmente ao Diretor de Compliance.

A Casa de Pedra exonera-se de toda e qualquer responsabilidade decorrente do uso indevido, negligente ou imprudente dos recursos e serviços concedidos aos seus Colaboradores, reservando-se o direito de analisar dados e evidências para obtenção de provas a serem utilizadas nos processos investigatórios, bem como adotar as medidas legais cabíveis.

O não cumprimento dos requisitos previstos nesta política de segurança da informação acarretará violação às regras internas da empresa e sujeitará o usuário às sanções administrativas e legais cabíveis.

Monitoramento e Auditoria do Ambiente

Para garantir as regras mencionadas nesta Política, a Casa de Pedra poderá:

- Implantar sistemas de monitoramento nas estações de trabalho, servidores, correio eletrônico, conexões com a internet, dispositivos móveis ou *wireless* e outros componentes da rede. A informação gerada por esses sistemas poderá ser usada para identificar usuários e respectivos acessos efetuados, bem como material manipulado;
- Tornar públicas as informações obtidas pelos sistemas de monitoramento e auditoria, no caso de exigência judicial, solicitação do gerente (ou superior) ou por determinação do Diretor de *Compliance*;
- Realizar, a qualquer tempo, inspeção física nas máquinas de sua propriedade;



- Instalar sistemas de proteção, preventivos e detectáveis, para garantir a segurança das informações e dos perímetros de acesso.

As atividades dos Colaboradores que utilizarem os sistemas e máquinas de propriedade da Casa de Pedra estão sujeitas à verificação, inclusive no que se refere aos acessos às redes externas, inclusive internet (por exemplo: sites visitados, e-mails recebidos/enviados, upload/download de arquivos, entre outros), para tanto, a Casa de Pedra instalou ou poderá instalar sistemas de proteção, preventivos e detectáveis, para garantir a segurança das informações e dos perímetros de acesso.

Classificação das informações tratadas

Diferentes informações devem ser classificadas conforme o nível de proteção adequado que lhes deve ser conferido, motivo pelo qual a Casa de Pedra estabeleceu critérios para segregar as informações que trata em quatro grupos: informações públicas, internas, confidenciais e sigilosas. Os níveis de proteção esperados para cada nível são demonstrados a seguir:



A Casa de Pedra trata informações de naturezas, fontes e formatos diversos, de forma que os exemplos a seguir, conferidos a cada classe de informação, representam o resultado de um esforço para identificação mais precisa e transparente possível de cada classe.

Podem existir outras informações não previstas expressamente que sejam tratadas pela Casa de Pedra ou informações que, em conjunção ou associação com outras, atraia nível de segurança aplicável a classe diversa. Em qualquer hipótese, a Casa de Pedra atuará para respeitar os níveis de segurança mínimos necessários para proteger cada classe de informação.



As informações públicas são as informações disponíveis ao público geral, divulgadas ou não pela Casa de Pedra. Pelo seu próprio caráter público, não há esforços específicos para proteção das informações assim classificadas.

- Exemplos de informações públicas são: as disponíveis no *website* da Casa de Pedra, da CVM ou de entidade de administradora de mercado regulamento (e.g., B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão); *newsletters*; demonstrativos e resultados financeiros publicados em veículos ou entidades que permitam a consulta pública; operações realizadas pela ou que contaram com a participação a Casa de Pedra, divulgadas em listas, relatórios, documentos públicos ou com livre acesso ao público em geral.

As informações internas são informações não públicas relacionadas ao funcionamento da Casa de Pedra, seus processos e comunicações gerais internas e operacionais, realizadas entre e pelos funcionários, colaboradores, clientes, investidores, sócios e terceiros com quem a Casa de Pedra mantém relacionamento. A sua divulgação não possui alto potencial de risco aos envolvidos e deve ser restrita apenas aos interessados.

- Exemplos de informações internas são: cartas e missivas enviadas e recebidas com conteúdo não considerado confidencial ou sigiloso; e-mails operacionais; informações, em qualquer formato, relacionadas à atuação operacional da Casa de Pedra para o funcionamento do seu negócio (e.g., informações trocadas com áreas internas, prestadores de serviços e seus clientes). As informações não classificadas como públicas, confidenciais ou sigilosas serão consideradas como internas.

As informações confidenciais são as informações cuja divulgação não autorizada ao público, modificação ou destruição pode causar danos à Casa de Pedra e ao seu negócio, de forma que devem receber proteção especial e condizente com o seu nível de segurança, conforme aqui estabelecido.

- Exemplos de informações confidenciais são: contratos e negociações realizadas, especialmente, mas não se limitando, aos negócios formalizados com cláusula de confidencialidade; produtos ainda não divulgados ou oferecidos ao mercado ou em fase de análise, estudo, implementação ou estruturação; informações técnicas específicas relacionadas aos produtos oferecidos; pesquisas realizadas; cálculos realizados de forma recorrente, esporádica ou previamente à divulgação de quaisquer informações financeiras, desde que não tenham sido objeto de divulgação; informações cadastrais de clientes, fornecedores, investidores, sócios e terceiros; informações decorrentes do monitoramento dos clientes e suas operações; informações relativas a clientes, fornecedores, investidores, sócios e terceiros geradas internamente pela Casa de Pedra a partir de informações públicas ou não.



As informações sigilosas são as informações altamente sensíveis que a Casa de Pedra produz ou trata, sejam por motivos comerciais, legais, regulatórios ou diversos, e devem ser tratadas com nível de proteção adequado, conforme o porte e âmbito de atuação da Casa de Pedra, dentro dos limites razoavelmente esperados pelo mercado.

- Exemplos de informações sigilosas são: dados bancários, patrimoniais ou financeiros protegidos por legislação específica; em relação à atividade de distribuição de operações de securitização, informações sobre os clientes acessados e investimentos realizados; em relação à atividade de estruturação de operações de securitização, informações sobre os clientes tomadores de recursos no âmbito das operações de securitização; informações cuja divulgação prematura pode acarretar prejuízos ao mercado ou a terceiros com quem a Casa de Pedra possui relacionamento.

Classificação dos dados pessoais

O conceito de dado pessoal é ditado pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“LGPD”) e extremamente amplo, abrangendo toda e qualquer informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável. Não há nem nunca haverá, portanto, rol exaustivo de informações que deverão ser consideradas dados pessoais pela Casa de Pedra.

Em caso de dúvida sobre a classificação de determinada informação como dado pessoal, a Casa de Pedra adotará interpretação restritiva do conceito de dado pessoal, sempre preservando o objetivo declarado da LGPD de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade de pessoa natural (art. 1º, LGPD). A Casa de Pedra entende que suas práticas empresariais não estão voltadas para o tratamento de dados pessoais, que são tratados apenas incidentalmente para a viabilização de seus produtos, sem que estes consistam ou tenham valor diretamente derivado do tratamento dos dados pessoais em si. As atividades empresariais da Casa de Pedra também não representam risco relevante aos direitos fundamentais protegidos pela legislação. Tais circunstâncias a legitimam a adotar uma interpretação restritiva do conceito de dados pessoais, em linha com os princípios do desenvolvimento econômico e da livre iniciativa, que também fundamentam a disciplina da proteção de dados pessoais (art. 2º, V e VI, LGPD).

Não serão considerados dados pessoais, por exemplo, embora contextualmente possam vir a ser considerados como tal, informações relacionadas a pessoas jurídicas (i) em que Clientes ou sócios da Casa de Pedra realizem ou planejem realizar investimentos ou detenham participações; (ii) com as quais a Casa de Pedra estabelecer ou pretender estabelecer relações comerciais; e (iii) obtidas no âmbito de procedimentos de auditoria legal ou financeira que antecedem ou acompanham os investimentos e operações realizadas, geridas ou acompanhadas pela Casa de Pedra. Apenas as informações de pessoas jurídicas que estejam diretamente relacionadas a pessoas naturais e tratadas com o propósito de identificar investimentos destas serão consideradas dados pessoais, os quais estão abaixo englobados



pelo conceito de “informações financeiras”.

Também não serão considerados dados pessoais, para fins das políticas e práticas empresariais da Casa de Pedra, os dados anonimizados, definidos pela LGPD como aqueles relacionados a titulares que não possam ser identificados, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.

Os dados pessoais tratados pela Casa de Pedra, a não ser que consistam em informações públicas, serão sempre considerados, no mínimo, como confidenciais.

Os seguintes dados pessoais tratados pela Casa de Pedra serão considerados como sigilosos, por padrão, sem prejuízo de ampliação do rol abaixo, sempre que o sigilo se justificar, com base nos critérios de classificação da informação presentes na presente Política:

- Dados bancários; e
- Informações financeiras (e.g., extratos de contas, incluindo investimentos, declaração de imposto de renda, holerites, ordens para compra, retirada, alteração ou qualquer movimentação financeira, etc.).

Proteção de dados pessoais

Todas as informações tratadas pela Casa de Pedra, consistindo ou não em dados pessoais, seguirão as diretrizes, práticas e procedimentos aqui estabelecidos.

Os dados pessoais, por sua natureza diversa e tratamento específico imposto pela legislação, deverão ter tratamento especial, conforme os termos estabelecidos abaixo, e em consonância com a sua respectiva classificação.

Como medida de proteção aos titulares, a Casa de Pedra se utiliza de técnicas de pseudoanonimização para resguardar os dados sigilosos, mantendo registros não identificáveis de referidos dados em seus sistemas.

A Casa de Pedra se utiliza de sistemas internos próprios, e o armazenamento de arquivos e documentos relativos às suas atividades, que contenham ou não dados pessoais, são realizados nas próprias máquinas dos seus funcionários, em conjunto com o sistema Microsoft Sharepoint. Todos os integrantes da Casa de Pedra têm acesso ao Sharepoint, mediante a utilização de senhas vinculadas ao respectivo usuário, sendo que algumas das pastas têm acesso restrito conforme o usuário. Todos os acessos e compartilhamento de arquivos são registrados no referido sistema, com informação do usuário, data e horário da movimentação, o que permite o rastreamento de qualquer utilização indevida de dados pessoais, em resposta a eventual incidente de segurança.

Há ainda tratamento de dados pessoais através de documentos em meio físico. A Casa de Pedra se compromete a minimizar a utilização de documentos que contenham dados pessoais



em meio físico, e se utilizará das mesmas medidas de segurança para proteger os dados pessoais que estejam neste formato.

A Casa de Pedra instruirá e renovará periodicamente as orientações aos seus Colaboradores para que atuem com atenção às melhores práticas de segurança da informação corporativa razoavelmente esperadas, como o respeito ao sigilo e a não divulgação, por meio eletrônico, físico ou oral, dos dados pessoais tratados; a não instalação de programas que não sejam relacionados com a atividade realizada pela Casa de Pedra; o cuidado com a abertura de links recebidos de terceiros, por qualquer meio; a verificação das credenciais dos terceiros com quem possui relacionamento antes de compartilhar dados pessoais, entre outros.

Os dados pessoais só podem ser excluídos ou descartados em consonância com as regras sobre privacidade (item 1.3 abaixo).

A Casa de Pedra deve assegurar que o nível de proteção de dados pessoais tratados seja adequado, conforme limitações técnicas e operacionais inerentes ao seu porte e atividades, para permitir o seu compartilhamento de forma segura, garantindo-se a integridade das informações e o controle de acesso.

Internet

Todas as regras atuais da Casa de Pedra visam basicamente o desenvolvimento de um comportamento eminentemente ético e profissional do uso da internet. Embora a conexão direta e permanente da rede corporativa da empresa com a internet ofereça um grande potencial de benefícios, ela abre a porta para riscos significativos para os ativos de informação.

Qualquer informação que é acessada, transmitida, recebida ou produzida na internet está sujeita a divulgação e auditoria. Portanto, a Casa de Pedra, em total conformidade legal, reserva-se o direito de monitorar e registrar todos os acessos a ela.

Os equipamentos, tecnologia e serviços fornecidos para o acesso à internet são de propriedade da empresa, que pode analisar e, se necessário, bloquear qualquer arquivo, site, correio eletrônico, domínio ou aplicação armazenados na rede/internet, estejam eles em disco local, na estação ou em áreas privadas da rede, visando assegurar o cumprimento de sua política de segurança da informação.

O uso de qualquer recurso para atividades ilícitas poderá acarretar as ações administrativas e as penalidades decorrentes de processos civil e criminal, sendo que nesses casos a empresa cooperará ativamente com as autoridades competentes.

Identificação

Os dispositivos de identificação e senhas protegem a identidade do Colaborador usuário, evitando e prevenindo que uma pessoa se faça passar por outra perante a Casa de Pedra e/ou



terceiros.

O usuário, vinculado a tais dispositivos identificadores, será responsável pelo seu uso correto perante a empresa e a legislação (cível e criminal).

Todo e qualquer dispositivo de identificação pessoal, portanto, não poderá ser compartilhado com outras pessoas em nenhuma hipótese.

Se existir login de uso compartilhado por mais de um Colaborador, a responsabilidade perante a Casa de Pedra e a legislação (cível e criminal) será dos usuários que dele se utilizarem.

É proibido o compartilhamento de login para funções de administração de sistemas.

Computadores e Recursos Tecnológicos

Os equipamentos disponíveis aos Colaboradores são de propriedade da Casa de Pedra, cabendo a cada um utilizá-los e manuseá-los corretamente para as atividades de interesse da Casa de Pedra, bem como cumprir as recomendações constantes nos procedimentos operacionais fornecidos pelas gerências responsáveis.

É proibido todo procedimento de manutenção física ou lógica, instalação, desinstalação, configuração ou modificação, sem o conhecimento prévio e o acompanhamento do Diretor de *Compliance* da Casa de Pedra, ou de quem este determinar. As áreas que necessitarem fazer testes deverão solicitá-los previamente ao Diretor de *Compliance*, ficando responsáveis jurídica e tecnicamente pelas ações realizadas.

Os sistemas e computadores devem ter versões do software antivírus instaladas, ativadas e atualizadas permanentemente. O usuário, em caso de suspeita de vírus ou problemas na funcionalidade, deverá acionar a equipe terceirizada de TI mediante registro de chamado.

A transferência e/ou a divulgação de qualquer software, programa ou instruções de computador para terceiros, por qualquer meio de transporte (físico ou lógico), somente poderá ser realizada com a devida identificação do solicitante, se verificada positivamente e estiver de acordo com a classificação de tal informação e com a real necessidade do destinatário.

Arquivos pessoais e/ou não pertinentes ao negócio da Casa de Pedra (fotos, músicas, vídeos etc.) não deverão ser copiados/movidos para os drives de rede, pois podem sobrecarregar o armazenamento nos servidores. Caso identificada a existência desses arquivos, eles poderão ser excluídos definitivamente por meio de comunicação prévia ao usuário.

Dispositivos Móveis

A Casa de Pedra deseja facilitar a mobilidade e o fluxo de informação entre seus Colaboradores. Por isso, permite que eles usem dispositivos portáteis. Por “dispositivo portátil”



entende-se qualquer equipamento eletrônico com atribuições de mobilidade de propriedade da empresa, ou aprovado e permitido pelo Diretor de *Compliance*, como: notebooks, smartphones e pen-drives.

Ainda, o Colaborador assume o compromisso de não utilizar, revelar ou divulgar a terceiros, de modo algum, direta ou indiretamente, em proveito próprio ou de terceiros, qualquer informação, confidencial ou não, que tenha ou venha a ter conhecimento em razão de suas funções na Casa de Pedra, mesmo depois de terminado o vínculo contratual mantido com a Casa de Pedra.

O suporte da equipe terceirizada de TI aos dispositivos móveis e aos seus usuários deverá seguir o mesmo fluxo de suporte contratado pela empresa.

O Colaborador deverá responsabilizar-se por quaisquer programas e/ou aplicativos que não tenham sido instalados ou autorizados por um técnico da equipe terceirizada de TI da Casa de Pedra.

2. SEGURANÇA CIBERNÉTICA

Riscos

No que se refere especificamente à segurança cibernética, a Casa de Pedra identificou as seguintes principais ameaças, nos termos, inclusive, do Guia de Cibersegurança da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”):

- malware – softwares desenvolvidos para corromper computadores e redes (tais como: Vírus, Cavalo de Troia, *Spyware* e *Ransomware*);
- engenharia social – métodos de manipulação para obter informações confidenciais (*Pharming*, *Phishing*, *Vishing*, *Smishing*, e Acesso Pessoal);
- ataques de DDoS (*distributed denial of services*) e *botnets*: ataques visando negar ou atrasar o acesso aos serviços ou sistemas da instituição;
- invasões (*advanced persistent threats*): ataques realizados por invasores sofisticados utilizando conhecimentos e ferramentas para detectar e explorar fragilidades específicas em um ambiente tecnológico.

Com base no acima, a Casa de Pedra avalia e define o plano estratégico de prevenção e acompanhamento para a mitigação ou eliminação do risco, assim como as eventuais modificações necessárias e o plano de retomada das atividades normais e reestabelecimento da segurança devida.

Softwares

A Casa de Pedra possui as licenças de uso de todos os softwares que utiliza. A administração é responsável pelas renovações nos prazos e termos definidos em cada contrato.



É proibido o *download* e instalação de aplicativos de qualquer natureza ou procedência sem o consentimento da área de Tecnologia da Informação.

O backup periódico de dados da rede, sua abrangência, armazenagem, metodologia e periodicidade é descrito no plano de contingência e continuidade de negócios, constante no Manual de *Compliance*, Ética e Controles Internos, no item 1.

Erros de procedimentos internos

Procedimentos de gestão da segurança da informação mal estruturados ou desatualizados podem acarretar vulnerabilidades e perdas de dados. Essas vulnerabilidades se manifestam por falhas no desenvolvimento, na implementação ou na configuração de mecanismos de segurança em softwares, no funcionamento dos hardwares ou em exposição a ameaças previsíveis.

A Casa de Pedra conta com equipe especializada para a execução dos protocolos de manutenção e segurança de seus Recursos de TI, como apontado acima.

Crises ou situações críticas

Na hipótese de situações não rotineiras em que os mecanismos descritos nesta Política de segurança cibernética se tornarem insuficientes ou ficarem indisponíveis, será acionado o plano de contingência e continuidade dos negócios, no que couber.

3. POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Estas regras têm por finalidade esclarecer, de forma objetiva e transparente, o compromisso da Casa De Pedra com a privacidade e a proteção dos dados pessoais dos indivíduos com quem possui relacionamento, sejam sócios, investidores, clientes, colaboradores ou terceiros que, por quaisquer motivos, possuem seus dados pessoais tratados no âmbito de operações geridas ou intermediadas pela Casa de Pedra.

Através desta Política, pretende-se esclarecer quais tipos de dados pessoais são tratados, as finalidades do tratamento, as bases legais utilizadas, bem como a formas pelas quais a Casa de Pedra pretende assegurar que os titulares dos dados pessoais tratados exerçam seus direitos.

Esta Política foi elaborada em conformidade com a Lei Federal nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet – “MCI”) e com a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei de Proteção de Dados Pessoais – “LGPD”).

Conceitos básicos: o que você precisa saber para compreender esta Política?



A fim de descomplicar a leitura destas regras, abaixo estão algumas definições úteis para sua interpretação:

- **Dado Pessoal:** é uma informação relacionada a uma pessoa física e que seja capaz de identificar a pessoa ou tornar possível a sua identificação. São exemplos de dados pessoais que podem permitir a sua identificação: nome, RG, CPF, telefone, e-mail, etc.
- **Dado Pessoal Sensível:** Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.
- **Tratamento:** é toda forma de uso que podemos fazer dos seus Dados Pessoais, incluindo, mas não se limitando às seguintes atividades: coleta, armazenamento, consulta, uso, compartilhamento, transmissão, classificação, reprodução, exclusão e avaliação.
- **Titular:** é a pessoa física a quem os Dados Pessoais se referem, como por exemplo, investidor.
- **Coleta Ativa:** dados coletados diretamente pela Casa de Pedra.
- **Coleta Passiva:** acesso a dados pessoais que não são ativamente solicitados ou buscados pela Casa de Pedra, mas que acabam chegando a seu conhecimento no âmbito das atividades que exerce.

Que tipos de Dados Pessoais a Casa de Pedra trata?

Os tipos de Dados Pessoais e a forma como a Casa de Pedra os coleta dependem de como o Colaborador se relaciona com a empresa e por quê. Abaixo estão algumas situações em que a Casa de Pedra poderá tratar os Dados Pessoais de seus Colaboradores no contexto de sua relação com a Casa de Pedra:

[continua na próxima página]



PRINCIPAIS DADOS PESSOAIS TRATADOS	PRODUTOS	TITULARES DOS DADOS PESSOAIS TRATADOS	TRATAMENTOS REALIZADOS	FINALIDADES DO TRATAMENTO
<ul style="list-style-type: none">✓ Nome✓ Filiação✓ Data de nascimento✓ Endereços✓ Endereço de e-mail✓ Número de telefone✓ Nacionalidade✓ Naturalidade✓ Número do RG✓ Data de emissão do RG✓ Local de emissão do RG✓ Número do CPF✓ Número de emissão de passaporte✓ Data de emissão de passaporte✓ Local de emissão de passaporte✓ Dados bancários✓ Informações financeiras (e.g., extratos de contas, declaração de imposto de renda, holerites etc.)	<p>Estruturação de operações de securitização</p> <p>Distribuição de títulos de securitização (e.g., CRI e CRA)</p>	<p>(a) Títulos corporativos (e.g., CCB, Debêntures, NP, CPR-F, CDCA): (i) sócios pessoas naturais dos emissores dos ativos investidos; (ii) Garantidores pessoas naturais (avalistas/fiadores) dos emissores dos ativos investidos</p> <p>(b) Direitos creditórios (e.g., recebíveis oriundos de operações realizadas nos segmentos imobiliário e do agronegócio): (i) sócios pessoas naturais dos cedentes direitos creditórios; (ii) garantidores pessoas naturais (avalistas/fiadores) dos cedentes dos direitos creditórios; (iii) devedores pessoas naturais dos direitos creditórios cedidos</p> <p>Investidores titulares dos CRI/CRA</p>	<p>Coleta ativa e passiva, armazenamento e compartilhamento com terceiros</p> <p>Coleta ativa e passiva e armazenamento</p>	<p>- <u>Instrumentalizar e viabilizar a prestação de serviços</u>: alguns serviços prestados pela Casa de Pedra pressupõem a coleta, armazenamento e compartilhamento de Dados Pessoais, especialmente por conta de sua atuação em mercado regulado. Há tratamento de Dados Pessoais para, por exemplo, realizar a verificação de crédito, validação de identidade, segurança de que o investidor atende a requisitos mínimos para acesso a determinados tipos de investimento, reportes a procedimentos de auditoria e fiscalização, etc.</p> <p>- <u>Proteção da Casa de Pedra</u>: poderá haver Tratamento de Dados Pessoais como forma de Casa de Pedra se resguardar contra atividade maliciosa direcionada à sua atuação, como a simulação, fraude, roubo de identidade, entre outros. A Casa de Pedra também poderá tratar Dados Pessoais necessários para sua defesa judicial ou extrajudicial.</p>



O quadro acima representa a síntese de um esforço para identificação mais precisa e transparente possível dos Dados Pessoais tratados pela Casa de Pedra. Os Dados Pessoais mais relevantes e que a Casa de Pedra trata com maior intensidade em suas atividades foram todos considerados. Entretanto, podem existir outros Dados Pessoais não previstos expressamente nesta Política que estejam ou venham a ser tratados. Em qualquer hipótese, a Casa de Pedra não realiza ou realizará Tratamento de Dados Pessoais com outras finalidades que não as identificadas acima.

O quadro acima também sintetiza os Dados Pessoais usualmente tratados no âmbito da Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (“Política de PLDFT”) da Casa de Pedra. Entretanto, recomenda-se a leitura do inteiro teor de referida Política de PLDFT para maiores informações sobre as informações processadas com este propósito, que também podem abranger Dados Pessoais não descritos no quadro acima. No âmbito da Política de PLDFT, a Casa de Pedra também pode coletar Dados Pessoais relacionados a Colaboradores e Prestadores de Serviço Relevantes, tal como definido naquele documento.

A Casa de Pedra não:

- Coleta Dados Pessoais de crianças e adolescentes e também não trata Dados Sensíveis;
- Toma decisões de forma automatizada com base em Dados Pessoais;
- Utiliza dados pessoais para a definição de perfis comportamentais (*profiling*);
- Utiliza Dados Pessoais para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos; e
- Realiza qualquer Tratamento de Dados Pessoais para fins publicitários ou de marketing.

Nos diversos Tratamentos realizados, as seguintes bases legais serão consideradas para o Tratamento de Dados Pessoais:

- Cumprimento de obrigação legal ou regulatória;
- Necessidade para viabilizar a prestação dos serviços contratados e/ou prestados, direta ou indiretamente, pela Casa de Pedra, ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular;
- Exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral;
- Necessidade de atendimento aos interesses legítimos da Casa de Pedra, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular dos dados que exijam a proteção dos dados pessoais; e
- Proteção do crédito, inclusive quanto ao disposto na legislação pertinente.

O consentimento não é utilizado pela Casa de Pedra como base legal autônoma para tratamento de dados. No caso de tratamento de dados transacionais que possam ser considerados abrangidos por normas relacionadas a sigilo bancário, como são os casos de dados bancários e informações financeiras descritos na tabela acima, o consentimento do titular está abrangido pela declaração negocial realizada no momento da formalização do contrato com a Casa de Pedra, não sendo necessária nova previsão expressa para os



tratamentos decorrentes dos contratos celebrados. São exemplos de tratamento sem previsão expressa: em relação à atividade de distribuição de operações de securitização, o armazenamento, compartilhamento ou divulgação, nos limites previstos em lei, informações sobre os clientes acessados e investimentos realizados; em relação à atividade de estruturação de operações de securitização, o armazenamento, compartilhamento ou divulgação, nos limites previstos em lei, de informações sobre os clientes tomadores de recursos no âmbito das operações de securitização.

Com quem a Casa de Pedra compartilha os Dados Pessoais?

A Casa de Pedra busca manter os Dados Pessoais confidenciais, conforme nossas obrigações legais. Não realiza venda, aluguel, negociação e divulgação a terceiros, exceto nas condições previstas nesta Política ou se exigido por lei ou determinação judicial, conforme disposto em legislação aplicável.

O compartilhamento de Dados Pessoais poderá ocorrer para o desenvolvimento e/ou em conexão com as finalidades acima descritas ou nas hipóteses legais previstas em legislação aplicável. Nestes casos, é possível o compartilhamento com terceiros, como prestadores de serviços, parceiros, empresas do mesmo grupo, dentre outros que desenvolverão integral ou parcialmente as obrigações da Casa de Pedra, decorrentes e/ou necessárias para o desenvolvimento de tais finalidades.

[continua na próxima página]



PRINCIPAIS DADOS PESSOAIS COMPARTILHADOS	PRODUTOS	TITULARES	CATEGORIAS DE TERCEIROS COM QUEM OS DADOS SÃO COMPARTILHADOS
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Nome ✓ Filiação ✓ Data de nascimento ✓ Endereços ✓ Endereço de e-mail ✓ Número de telefone ✓ Nacionalidade ✓ Naturalidade ✓ Número do RG ✓ Data de emissão do RG ✓ Local de emissão do RG ✓ Número do CPF ✓ Número de emissão de passaporte ✓ Data de emissão de passaporte ✓ Local de emissão de passaporte ✓ Dados bancários ✓ Informações financeiras (e.g., extratos de contas, declaração de imposto de renda, holerites etc.) 	<p>Estruturação de operações de securitização</p>	<p>(a) Títulos corporativos (e.g., CCB, Debêntures, NP, CPR-F, CDCA): (i) sócios pessoas naturais dos emissores dos ativos investidos; (ii) Garantidores pessoas naturais (avalistas/fiadores) dos emissores dos ativos investidos (b) Direitos creditórios (e.g., recebíveis oriundos de operações realizadas nos segmentos imobiliário e do agronegócio): (i) sócios pessoas naturais dos cedentes direitos creditórios; (ii) garantidores pessoas naturais (avalistas/fiadores) dos cedentes dos direitos creditórios; (iii) devedores pessoas naturais dos direitos creditórios cedidos</p>	<p>1. Participantes do mercado de capitais</p> <p>Distribuidores de recursos Investidores Custodiantes Escrituradores Instituições Financeiras</p> <p>2. Entidades de regulação B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão</p> <p>3. Autoridades governamentais: CVM – Comissão de Valores Mobiliários COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras</p> <p>4. Prestadores de serviços: Assessores legais, suporte técnico de tecnologia de informação, agentes de cobrança, agentes fiduciários, agências de classificação de riscos e quaisquer outros necessários para viabilizar a prestação de serviços.</p>
	<p>Distribuição de títulos de securitização (e.g., CRI e CRA)</p>	<p>Investidores titulares dos CRI/CRA</p>	<p>1. Participantes do mercado de capitais</p> <p>Distribuidores de recursos Custodiantes Escrituradores</p> <p>2. Entidades de regulação</p>



CASA DE PEDRA

SECURITIZADORA

			<p>B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão</p> <p>3. Autoridades governamentais:</p> <p>CVM – Comissão de Valores Mobiliários COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras</p> <p>4. Partes relacionadas</p> <p>Partes relacionadas que sejam prestadoras de serviços à Casa de Pedra, desde que para desenvolvimento e/ou conexão com as finalidades acima descritas ou nas hipóteses legais previstas na legislação aplicável.</p> <ul style="list-style-type: none">• Working Capital Ltda. CNPJ: 42.994.641/0001-59 Av. Pedro Grendene, nº 131, Sala 03 – Bairro Volta Grande, Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul – CEP: 95180-052.• Nova Milano Investimentos Ltda. CNPJ: 12.263.316/0001-55 Rua Dona Pacífica, nº 180, Sala 02 – Bairro Imigrante, Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul – CEP: 95180-170.
--	--	--	---



O quadro acima representa a síntese de um esforço para identificação mais precisa e transparente possível dos terceiros com quem a Casa de Pedra compartilha Dados Pessoais e dos Dados Pessoais compartilhados com estes. Os Dados Pessoais mais relevantes e que a Casa de Pedra compartilha com maior intensidade em suas atividades foram todos considerados. Entretanto, podem existir outros compartilhamentos não previstos expressamente nesta Política. Podem ainda existir requerimentos judiciais de informações que, caso válidos e legítimos, deverão ser atendidos.

A Casa de Pedra se compromete a empreender seus melhores esforços, dentro de suas limitações técnicas e operacionais, para garantir que os terceiros com quem compartilha dados observem a legislação pertinente e os princípios informadores da presente Política. Entretanto, é altamente recomendável que os titulares se informem sobre as políticas de privacidade e proteção de dados destes terceiros e estejam confortáveis com seus termos.

Também dentro de suas limitações técnicas e operacionais, a Casa de Pedra se compromete a, sempre que possível e mediante esforço razoável, informar aos terceiros com quem realizou compartilhamento de dados sobre eventual correção ou eliminação de dados pessoais compartilhados, para que estes repitam idêntico procedimento.

Retenção e descarte de Dados Pessoais

Os Dados Pessoais serão tratados até o momento em que o Tratamento deixar de ser pertinente, no âmbito de cada produto, para o atingimento das finalidades descritas nesta Política. Após o término dos produtos ou atingimento das finalidades que justificaram o Tratamento de Dados Pessoais, a Casa de Pedra se compromete a eliminar os Dados Pessoais tratados, dentro de seus limites técnicos e operacionais de atuação.

Contudo, mesmo após o término dos produtos ou atingimento das finalidades que justificaram o Tratamento de Dados Pessoais, os Dados Pessoais poderão ser conservados pela Casa de Pedra pelos prazos legais equivalentes ao de eventuais pretensões dos Titulares, com o propósito de que a Casa de Pedra possa se defender judicialmente e exercer seus direitos. A Casa de Pedra também poderá reter dados ao final do Tratamento original para:

- para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória – como no caso dos dados tratados no âmbito de sua Política de PLDFT, que devem ser armazenados pelo período mínimo de 5 (cinco) anos;
- para a transferência a terceiro, de forma legítima e permitida em lei; ou
- para uso exclusivo da Casa de Pedra, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados.

Medidas de segurança no tratamento dos dados pessoais

A responsabilidade da Casa de Pedra é cuidar dos Dados Pessoais e utilizá-los somente para as finalidades descritas nessa Política. Para garantir a privacidade e proteção dos Dados Pessoais, a Casa de Pedra se compromete a utilizar medidas técnicas e organizacionais aptas a garantir a segurança de todos os Dados Pessoais tratados pela empresa evitando acessos



não autorizados e de situações de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão de tais dados.

A Casa de Pedra busca adotar medidas de segurança compatíveis com o seu porte e com o risco envolvido no Tratamento de Dados Pessoais que realiza, conforme mencionadas no item 1.1 acima.

Caso, apesar das medidas adotadas, haja algum incidente de segurança – como acesso não autorizado, destruição, perda, adulteração e vazamento de dados pessoais – a Casa de Pedra se compromete a adotar seus melhores esforços, dentro de suas limitações técnicas e operacionais, para mitigar possíveis danos aos Titulares. Com esse propósito, a Casa de Pedra se compromete, sempre que possível, a entrar em contato com os Titulares e discutir medidas que estes entendam adequadas.

Os Titulares e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) serão informados, dentro de prazo razoável, com todos os detalhes exigidos pela LGPD, de incidentes de segurança que possam acarretar risco ou dano relevante.

Dever de não fornecer dados de terceiros

Durante a utilização dos serviços prestados pela Casa de Pedra, a fim de resguardar e de proteger os direitos de terceiros, a Casa de Pedra orienta os Titulares e espera que estes forneçam somente dados próprios e não os de terceiros, salvo mediante autorização expressa ou procuração.

Dados de navegação (cookies) – privacidade online

A Casa de Pedra assume o compromisso de respeitar a privacidade dos usuários de seu website (www.cpsec.com.br) e declara que não coleta Dados Pessoais no curso de sua utilização. Não são utilizados “cookies” (arquivos de texto que permitem a coleta de dados do visitante da página) ou qualquer outra tecnologia com propósito de coletar informações pessoais durante a navegação. Os provedores utilizados pela Casa de Pedra possuem capacidade de coletar dados genéricos e desvinculados de qualquer pessoa natural, que indicam as regiões em que localizados os usuários e as informações acessadas no curso da navegação, com finalidades puramente estatísticas, para melhoria constante do *website*.

O *website* foi criado com o propósito exclusivo de transmitir informações institucionais, que podem ser acessadas sem a necessidade de identificação do usuário. O *website* pode conter links para *websites* externos cujas informações publicadas e políticas de privacidade não são de responsabilidade da Casa de Pedra.

O material exibido no *website* está protegido por leis de propriedade intelectual e/ou privacidade, não podendo ser reproduzido ou de qualquer modo tratado sem autorização.

Quais são os direitos como Titular de Dados Pessoais?



CASA DE PEDRA
SECURITIZADORA

Os Dados Pessoais são de seus respectivos Titulares e a lei brasileira lhes garante uma série de direitos relacionados a eles. Os Titulares dos Dados Pessoais tratados pela Casa de Pedra terão resguardados todos os seus direitos, conforme a legislação aplicável, inclusive, mas sem se limitar:



DIREITOS	EXPLICAÇÃO
Confirmação e Acesso	Pode-se questionar a Casa de Pedra sobre a existência do Tratamento dos Dados Pessoais para que, em caso positivo, o respectivo Titular possa acessá-los, inclusive por meio de solicitação de cópia de registros da Casa de Pedra.
Correção	Pode-se solicitar a correção de Dados Pessoais caso estes estejam incompletos, inexatos ou desatualizados.
Anonimização, bloqueio ou eliminação	Pode-se solicitar (a) a anonimização de Dados Pessoais, de forma que eles não possam mais ser relacionados ao seu Titular, e, portanto, deixem de ser Dados Pessoais; (b) o bloqueio dos Dados Pessoais, suspendendo temporariamente a possibilidade de a Casa de Pedra tratá-los para certas finalidades; e (c) a eliminação dos Dados Pessoais, caso em que a Casa de Pedra deverá apagar todos os Dados Pessoais sem a possibilidade de reversão.
Portabilidade	Pode-se solicitar que a Casa de Pedra forneça os Dados Pessoais em formato estruturado e interoperável visando a sua transferência por um terceiro, desde que essa transferência não viole a propriedade intelectual ou segredo de negócio da Casa de Pedra.
Informação sobre o compartilhamento	Há o direito de saber quais são as entidades públicas e privadas com as quais a Casa de Pedra realiza o uso compartilhado dos Dados Pessoais. Esta Política indica as relações da Casa de Pedra com terceiros que possam envolver o compartilhamento de Dados Pessoais. Em todo o caso, se o Titular tiver dúvidas ou quiser detalhes, tem o direito de solicitar essas informações. A depender do caso, a Casa de Pedra pode limitar as informações fornecidas ao Titular caso a sua divulgação possa violar a propriedade intelectual ou segredo de negócios da Casa de Pedra.
Informação sobre a possibilidade de não consentir	Há o direito de receber informações claras e completas sobre a possibilidade e as consequências de não fornecer consentimento, quando ele for solicitado pela Casa de Pedra. O consentimento do Titular, quando necessário, deve ser livre e informado. Portanto, caso a Casa de Pedra solicite tal consentimento, o Titular será livre para negá-lo.
Revogação do Consentimento	Caso o Titular tenha consentido, com alguma finalidade de Tratamento dos seus Dados Pessoais, ele pode sempre optar por retirar o seu consentimento. No entanto, isso não afetará a legalidade de qualquer Tratamento realizado anteriormente à revogação. Se o Titular retirar o seu consentimento, é possível que a Casa de Pedra fique impossibilitada de lhe prestar certos serviços, mas a Casa de Pedra irá avisar o Titular quando isso ocorrer.
Oposição	A lei autoriza o Tratamento de Dados Pessoais mesmo sem o consentimento do Titular ou um contrato com a Casa de Pedra. Nessas situações, a Casa de Pedra somente tratará os respectivos Dados Pessoais se tiver motivos legítimos. Caso o Titular não concorde com alguma finalidade de Tratamento de seus Dados Pessoais, poderá apresentar oposição, solicitando a sua interrupção.



AVISOS IMPORTANTES

Para segurança do Titular, sempre que ele apresentar uma requisição para exercer seus direitos, a Casa de Pedra poderá solicitar algumas informações e/ou documentos complementares para que possa comprovar a sua identidade, buscando impedir fraudes. Isso é feito para garantir a segurança e privacidade de todos.

Em alguns casos, a Casa de Pedra pode ter motivos legítimos para deixar de atender a uma solicitação de exercício de direitos. Essas situações incluem, por exemplo, (i) casos em que normas legais impõem sigilo de informações, como comunicações feita ao COAF no âmbito da Política de PLDFT, (ii) uma revelação de informações específicas poderia violar direitos e propriedade intelectual ou segredos de negócio da Casa de Pedra ou de terceiros, e (iii) casos em que pedidos de exclusão de dados não possam ser atendidos em razão da existência de obrigação da Casa de Pedra de reter dados, seja para cumprir obrigações legais, regulatórias ou para possibilitar a defesa da Casa de Pedra ou de terceiros em disputas de qualquer natureza.

Ainda, algumas solicitações podem não ser respondidas de forma imediata, mas a Casa de Pedra se compromete a responder todas as requisições em um prazo razoável e sempre em conformidade com a legislação aplicável.



O titular dos dados pessoais poderá exercer os seus direitos por meio de comunicação escrita e enviada à Casa de Pedra, para o endereço de e-mail indicado abaixo.

Encarregado pelo tratamento de dados pessoais (DPO) e contato

O encarregado de proteção de dados é o Diretor de *Compliance*.

Em caso dúvida, reclamação, questionamento ou sugestão relacionada à presente Política, bem como para o exercício de qualquer direito ou faculdade, os Titulares ou quaisquer interessados são encorajados a entrar em contato pelo e-mail contato@cpsec.com.br. A Casa de Pedra se compromete a responder aos titulares ou interessados com a maior brevidade possível.

Vigência

A Política tem duração indefinida e permanecerá em vigor enquanto a Casa de Pedra estiver em atividade, sendo esta inteiramente responsável por garantir o cumprimento de todas as obrigações assumidas na presente Política.

Lei aplicável e do foro

Uma vez que esta Política foi elaborada para observância do MCI e da LGPD, sendo, portanto, regida pela legislação nacional, quaisquer controvérsias relacionadas à presente Política deverão ser solucionadas à luz do Direito brasileiro. Eventuais litígios deverão ser resolvidos no foro de São Paulo, estado de São Paulo.
